



Reforma Trabalhista



SIQUIRJ
INFORMA

Nº 188

Jul/2017

Modernização trabalhista marca novo momento histórico no País

Reforma trabalhista é sancionada

Relações do trabalho são reconhecidamente diferenciais para o crescimento, a produtividade e o desenvolvimento de qualquer país. O desafio de fazer com que as relações de trabalhoprivilegiem o diálogo e confirmem segurança jurídica para os envolvidos é também o desafio de garantir sustentabilidade para as empresas, competitividade no mercado nacional e internacional e de estimular a geração de mais e melhores empregos.

Há bastante tempo o Brasil já precisava ter enfrentado esse desafio, pois o principal instrumento legal trabalhista brasileiro, a CLT, criada na década de 1940, apesar de sua motivação e importância na época para consolidar direitos e proteger os trabalhadores, há muito não atendia às demandas das novas formas de trabalhar e produzir surgidas nesses mais de 70 anos.

A Lei n. 13.467/2017 tem, portanto, extrema relevância e representa um avanço para a modernização das relações do trabalho no Brasil. Dos 922 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foram alterados 54, inseridos 43 novos e revogados 9 – um total de 106 dispositivos. Além disso, na Lei n. 6.019/1974, no que se refere à regulamentação da terceirização, foram alterados 2 artigos e inseridos 3 novos. Ainda foram realizados alguns ajustes pontuais na legislação esparsa. E tudo isso resultou, enfim, em 114 artigos entre inseridos e alterados.

Dentre as principais novidades trazidas pela lei estão a prevalência do negociado sobre o legislado, a exclusão do cômputo das horas in itinere na jornada de trabalho, a regulamentação do teletrabalho e do trabalho intermitente. Tudo isso mantendo os direitos fundamentais dos trabalhadores, tais como férias, 13º, licença-maternidade e paternidade, seguro desemprego, FGTS, aposentadoria.

Com a nova lei se abre um horizonte de mais segurança jurídica e cooperação, proporcionando a melhoria do ambiente de negócios, o que contribuirá com o crescimento econômico, beneficiando as empresas, os empregados, enfim, o Brasil.

Fonte: CNI

Para conhecer o inteiro teor da referida Reforma, acesse: www.siquirj.com.br. ■

Atividade perde fôlego em junho, detecta PMI

Depois de registrar o maior nível desde 2013 em maio, a atividade da indústria brasileira voltou a perder fôlego em junho. O Índice Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês), da consultoria Markit, registrou 50,5 pontos no mês passado, de 52 em maio. Pela pesquisa, valores acima de 50 indicam expansão da atividade.

Segundo a Markit, as condições de negócios na indústria melhoraram em junho, com o crescimento do volume de novos pedidos sustentando mais um aumento na produção. As taxas, no entanto, foram menos intensas que em maio.

Apesar da melhora nos níveis de produção, houve segundo a Markit, uma nova rodada de cortes no emprego. Como reflexo da tentativa de reduzir custos, "a taxa de perda de empregos foi marcante e a mais rápida desde março", destaca em relatório a instituição.

Pollyanna De Lima, economista da Markit e autora da análise, afirmou que a perda de fôlego da indústria foi puxada pelo setor de bens de capital, mas contrabalançada pelos bens de consumo. Para Pollyanna, os dados do segundo trimestre indicam PMI com leitura média mais elevada desde o início de 2013, o que sinaliza que "o setor industrial provavelmente irá proporcionar uma contribuição mais forte para o PIB do que no primeiro trimestre do ano.

Fonte: Valor ■

Editorial

Não podemos repetir os mesmos erros

Em boa hora o TCU começa a avaliar o impacto na economia das operações de crédito do BNDES concedidas pelos últimos governos, com o objetivo de criar – artificialmente – empresas campeãs no país e no mundo. O objetivo imediato é esclarecer todas as etapas da negociação entre o BNDES e a JBS. Porém, a resposta mais importante será: Qual o retorno para a sociedade brasileira dos vultuosos recursos investidos nas empresas campeãs?

Quais foram os resultados? E o mais importante: Quais os critérios adotados para se "eleger" as campeãs nacionais? Se foram somente técnicos, tudo bem, porque os quadros do BNDES são competentes, mas se houve interferência política?

Além de responder estas questões, o estudo servirá para confirmar, ou não, a eficácia da crença que o governo deve interferir diretamente na economia. No passado, os focos da ingerência governamental foram a substituição da importações e o fortalecimento das empresas estatais o que, no setor químico, resultou na criação da Petroquisa e na implantação da indústria petroquímica em um curtíssimo espaço de tempo apesar do contexto pós-crise internacional (elevação) dos preços do petróleo. Estratégia anticíclica com ganhos sociais e econômicos.

No anunciado estudo do TCU sobre a JBS, os empréstimos serviram para elevar o grau de corrupção no governo, mas vamos imaginar que se trate de um ponto isolado. Dos outros empréstimos com juros subsidiados para os ungidos como "campeões nacionais", o que retornou como benefícios socioeconômicos para a sociedade?

As crises nos fortalecem. Conceder incentivos de crédito e subsídios não pode facilitar a corrupção, há que se ter transparência e cobrança de metas de desempenho. Não podemos repetir os mesmos erros. ■

Produção de gás natural crescerá 55% até 2026 com pré-sal

A produção líquida de gás natural do Brasil deverá crescer cerca de 55% nos próximos dez anos, dos atuais 61 milhões de metros cúbicos/dia para aproximadamente 95 milhões de metros cúbicos/dia, em 2026, de acordo com cálculos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A produção líquida inclui o total de gás produzido, descontando o volume queimado nas plataformas, reinjetado nos poços e consumido nas unidades de produção.

Na avaliação da estatal de estudos energéticos, o aumento da produção líquida será motivado principalmente pela maior contribuição do gás associado produzido nos campos do pré-sal. O gás do pré-sal, que responde hoje por 33% da produção líquida total do país, representará metade desse volume em 2026. As projeções da EPE subsidiam o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, cuja minuta será divulgada nas próximas semanas pelo Ministério de Minas e Energia para consulta pública.

Com relação à importação de gás natural, a estatal trabalha com a manutenção da capacidade dos terminais de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) da Baía de Guanabara (RJ), Pecém (CE) e Baía de Todos os Santos (BA), que somam 41 milhões de metros cúbicos diários.

A estatal ainda considera em seus estudos um novo terminal em Sergipe, para atender uma termelétrica de 1,5 mil megawatts (MW) de capacidade, com previsão de entrada em operação em 2020. A oferta do terminal, no entanto, ainda não é incluída no volume total de GNL importado disponível ao mercado brasileiro por não haver conexão entre este terminal e à malha de gasodutos do país.

Sobre o gás natural importado da Bolívia, a EPE trabalha com um volume de 30 milhões de metros cúbicos diários até 2021. Embora os principais contratos relativos à importação do energético terminem em 2019, há um direito de "make up" (compensação) pela Petrobras, por não ter retirado todo o volume previsto no contrato, que deve manter o suprimento nos mesmos patamares por cerca de dois anos.

A partir de 2022, a EPE avalia uma redução do volume de gás importado do país vizinho. A queda do volume importado da Bolívia, nas projeções da EPE, deve-se principalmente ao crescimento da oferta interna do energético no Brasil. Além disso, o volume menor a ser contratado do país vizinho, da ordem de 20 milhões de metros cúbicos/dia não deverão ser preenchidos apenas pela Petrobras, mas por outras companhias interessadas em adquirir gás. As projeções sobre a Bolívia fazem parte de estudo da EPE que será lançado nas próximas semanas.

Com relação à demanda brasileira por gás natural, atualmente de 71,6 milhões de metros cúbicos/dia, a EPE projeta um crescimento de 2% ao ano até 2026. A estatal calculou ainda a oferta total de gás disponível no mercado brasileiro atualmente, considerando produção nacional e importação via GNL e Gasbol, somando cerca de 120 milhões de metros cúbicos diários.

Esse volume supera em cerca de 20 milhões de metros cúbicos diários a demanda total brasileira em um cenário de estresse, considerando todo o mercado de gás, além do acionamento simultâneo de todo o parque termelétrico a gás natural e de usinas bicompostíveis, também movidas a gás. "No estresse máximo e improvável, o Brasil tem estrutura para suportar toda a demanda e ainda sobrar", avaliou o diretor da EPE.

Fonte: Valor ■

Dívida ativa do Estado do Rio aumenta 30,5% e chega a R\$ 77,2 bilhões em 2016

A combinação entre a recessão enfrentada pelo país com a crise fiscal que assola o Rio de Janeiro fez a dívida ativa do Estado explodir no ano passado. No fim de 2016, o montante de tributos, multas, juros e encargos devidos pelos contribuintes fluminenses somava R\$ 77,2 bilhões, crescimento de 30,5% em relação ao ano anterior, conforme atestam dados da Procuradoria da Dívida Ativa. O percentual de expansão é duas vezes superior ao da dívida ativa da União para o mesmo período.

Informações compiladas pela Firjan indicam que parte da inadimplência dos contribuintes está ligada à quebra ou ao fechamento de companhias. No ano passado, fecharam as portas 14.441 empresas sediadas no Estado, o maior número da série histórica iniciada em 2000. Nos primeiros seis meses deste ano, outras 8.151 encerraram as atividades, o que representa incremento de 38,1% em relação ao primeiro semestre.

"O passivo em termos tributários acaba indo para a dívida ativa", argumenta Guilherme Mercês, economista-chefe da Firjan. A elevação da carga tributária - somada ao desemprego e ao não pagamento de servidores e fornecedores pelo Estado - está por detrás desse pico no número de empresas fechadas, argumenta Mercês.

As voltas com um persistente déficit orçamentário - a previsão para este ano é de um saldo negativo de R\$ 21 bilhões - o governo estadual tem recorrido ao aumento de impostos na tentativa de mitigar a situação.

Em 2016, entraram em vigor pelo menos três aumentos de tributos estaduais no Rio de Janeiro: subiram as alíquotas do IPVA, do ICMS e do ITD.

Apesar de ter ampliado a carga tributária, o Estado do Rio viu sua arrecadação de ICMS no setor de transformação (o principal grupo industrial no Estado) cair 10,6% no período de 12 meses terminado em abril. No mesmo intervalo de tempo, a produção declarada da indústria de transformação encolheu 1,3%.

A diferença no ritmo de queda dos dois indicadores reflete - segundo Mercês - dois comportamentos da indústria: o não pagamento de tributos e o fechamento de empresas. "Não é sonegação, porque a produção é declarada pelas indústrias", ressalta o economista referindo-se à inadimplência tributária.

Fonte: Valor ■

Assinada Convenção Coletiva de Trabalho com o Traquimfar



O Siquirj assinou, em 20 de julho, a Convenção Coletiva de Trabalho com o Traquimfar (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas com Base Territorial nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis), com vigência a partir de 1º de junho de 2017.

O resultado da Convenção decorreu de um intenso trabalho da Comissão Patronal com os membros da categoria profissional, ressaltando, ademais, o incondicional apoio das empresas nas assembleias realizadas no Siquirj.

A cópia do conteúdo integral da Convenção assinada poderá ser solicitada a Secretaria do Siquirj pelas empresas, mesmo que estejam fora das bases territoriais mencionadas.

A cópia também pode ser acessada através do site do Siquirj (www.siquirj.com.br), através da busca da palavra chave «Convenção Coletiva».

Sobre o assunto em questão, colocamos a disposição a Secretaria do Siquirj através dos contatos:

- Tel.: (21) 2220-8424
- e-mail: siquirj@siquirj.com.br ■

SQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2016/2020

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Marjorie Arias (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Ciro Alves

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Roberto da Silva
Lincoln Martins Rosa
Nélio Augusto Manhães Rodrigues

Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia
Antonio Emilio Simões Meireles
Ronaldo Valle Monteiro

Delegados Representantes junto à FIRJAN

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta